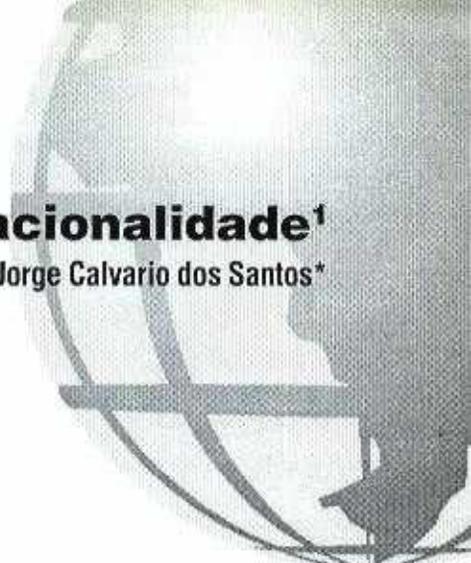


# Globalização e Nacionalidade<sup>1</sup>

Jorge Calvario dos Santos\*



Após considerar a essencialidade, a origem e o conceito de nacionalidade, o autor examina os efeitos que o fenômeno da *globalização* poderão produzir em detrimento dela.

## A FORMAÇÃO DO SENTIMENTO NACIONAL

Desde a Antigüidade, o sentimento nacional é fruto de uma lenta evolução, determinada pelo gradual enriquecimento da consciência dos povos e de suas tradições.

Os Estados antecederam as nações.

Os antigos impérios orientais conheceram Estados fortes, solidamente constituídos, possivelmente tiveram um conceito de pátria mas, de nenhuma forma, chegaram a constituir uma verdadeira nação.

O Egito possuía uma forte unidade geográfica. Mas sua unidade política era fruto da adoração do Faraó; nele eram confundidos os deveres políticos, religiosos e morais. Nada indica que os egípcios tenham tido qualquer ato de vontade coletiva. Quando o regime dos faraós terminou, o Estado acabou, restando uma casta estrangeira dominante, uma massa populacional dócil, não integrada e fatalista, que exerceu apenas ações decorrentes de suas tradições.

Se existiu um povo egípcio, não se pode, entretanto, através da Antigüidade, falar de nação egípcia.

Na antiga Europa Mediterrânea, Grécia, Roma, Espanha e Gália eram possuidoras de ardente sentimento patriótico. Entretanto, é difícil afirmar que eram verdadeiras nações.

É lugar comum ter a Grécia antiga representada como um conjunto de cidades orgulhosas de sua independência, de sua civilização e de seu passado, repletos de heroísmo. É certo que a Grécia antiga, repartida pela natureza, não formou um Estado, e que o povo que se opunha aos não gregos jamais se uniu num esforço comum, mesmo em face de graves perigos, tais como as ameaças dos persas, dos macedônios ou dos romanos. Pode-se dizer que não existiu uma nação, mas várias nações gregas: a nação tebana, a nação espartana e a nação ateniense. Talvez, pelas tradições e particularidades gregas, possamos falar de uma idéia pré-concebida de nacionalidade.

O mundo romano teve outras características. Roma re-

\* Coronel Aviador. Do Corpo Permanente da ESG.

1. Selecionado pelo PADECEME

alizou a união de antigos povos, como os etruscos, os sumitas e outros mais. Os romanos expandiram, de modo ilimitado, seu território. A paz romana era a glória do Império, que inspirava e motivava a fidelidade ao regime, conhecido como superior a todos os outros existentes e considerados bárbaros. O Império era muito vasto e incluía povos conquistados, impedindo que o patriotismo romano pudesse constituir numa nação. A individualidade subsistia sob unidade aparente. Os gregos, os espanhóis, os gauleses e os egípcios faziam parte do mundo romano, mas jamais foram realmente romanos. O Oriente não foi todo assimilado e o Ocidente se fracionou sob as invasões bárbaras.

Quando o Império Romano desapareceu, afirma Paul Henry, restou um bom modelo administrativo, que foi imitado. Porém, não mais existia no sentimento dos povos, a vontade de reconstituir o antigo império. Houve apenas a assimilação da organização romana pelos Estados sucessores.

Foi do desmembramento do Império Romano que surgiram as nações modernas.

Bizâncio, Itália, Gália, Espanha e outras existiram a partir da união de populações ricas de sentimentos comuns e de mesma cultura que, grupadas sob o mesmo soberano, iniciaram a constituição da Europa. A vontade refletida dos reis, a continuidade do Estado, a fidelidade a um poder reinante e, para cada povo em particular, sentimentos, vontades e objetivos deram início à uma história de nação.

Do processo histórico da Europa, observa-se que, nos povos já bastante diferenciados, a consciência nacional se definiu em alguns. França, Espanha e Inglaterra principalmente, adquiriram uma consciência nacional. A Alemanha, assim como os Países Baixos, mantiveram sua união na defesa de seus patrimônios materiais ou espirituais e começaram a formar essa consciência. Outros a adquiriram mais tarde.

Ao comparar o Império Romano com o Império Espanhol, Simon Bolívar afirmou: *Ao libertar-se da Monarquia Espanhola, a América encontrou-se em situação semelhante ao Império Romano, quando aquela enorme massa caiu dispersa em meio ao mundo antigo. Cada fração desmembrada*

*formou uma nação independente, conforme a sua situação e seu interesse; porém, com a diferença de que aqueles voltaram a restabelecer suas primeiras associações.*

De Roma surgiram nações que formariam o quadro europeu, tendo como base a ordem e a cultura: surgiu a união do que pode ter sido a dispersão da barbárie, nos diz Zéa.<sup>2</sup>

Os britânicos foram afastados da posição de orientadores ou de decisores dos destinos da Europa, a partir do término da Guerra dos Cem Anos, quando foram expulsos do continente. Os espanhóis foram encaminhados para o outro lado dos Pirineus, após período de marcante presença na Europa, em especial no século XVI, sob o reino de Carlos V, e a Rússia foi localizada além das estepes que a separaram da Europa.

Entretanto, a Rússia e a Espanha insistiram em participar dos destinos da Europa. A Rússia criou um império no Oriente, sobre o grande Império Mongol, de Gengis Khan. A Espanha criou um império no outro lado do Atlântico, na América. Ambas tiveram, porém, a preocupação de impor e manter presença na Europa.

2. Leopoldo Zéa.

Do outro lado do canal da Mancha, os britânicos, decididos a criar um novo império de abrangência mundial, vêem sua participação na Europa apenas em função de novos interesses.

No século XX, o centro de poder do hemisfério ocidental se translada para os Estados Unidos e a Rússia expande-se para o Oriente. Todo esse processo parece confirmar o que Gramsci pensa a respeito do sentimento nacional, quando afirma que: *sentimento nacional é um sentimento puramente subjetivo, não ligado à realidade, a fatores, a instituições objetivas. É um sentimento de indivíduos que sentem a continuidade de sua história. Um elemento objetivo é a língua. Outro é a cultura.*

Pode-se chamar de nacional o indivíduo que é consequência da realidade concreta nacional ou que inicia uma fase determinada da operosidade prática ou teórica nacional.

## CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE

No processo histórico, constata-se a ascensão e a queda de diversos países. Quando um deles chega ao ápice de sua civilização, pas-

sa a ser objeto de cobiça dos que pretendem ocupar o seu lugar. Esses últimos são denominados bárbaros por aqueles que ocupam posição de destaque, o centro, entre as nações.

O qualificativo bárbaro tem sua origem na Grécia. Para os gregos, eram eles os estrangeiros. Bárbaro era sinônimo de selvagem, inculto. Para os gregos, aqueles que não viviam em seu mundo eram entes marginais. Eram menos homens, por não se expressarem adequadamente, numa linguagem que não era a sua. E, por isso mesmo, entes que podiam ser submetidos às ordens e aos interesses dos donos. Bárbaro era igualmente, para os romanos, o indivíduo que estava fora da lei e da ordem das cidades.

Ao fim do Império Romano, os bárbaros se transformaram em novos centros de poder e designaram bárbaros os outros povos, enquanto elevavam sua língua, costumes e valores, como características de civilização.

A dicotomia civilização x barbárie como sinal de *poder e dependência*, de *centro e periferia*, de *intransigência e razão* está presente no processo civilizatório, povos dominadores

e povos destinados a serem dominados por serem bárbaros, ou seja, por não serem a imagem dos seus dominadores.

O processo histórico é repetitivo nesse aspecto. Uma suposta barbárie se converterá em nova expressão de civilização e, portanto, em um novo centro de poder. Com essa nova expressão de civilização, novas expressões de barbárie. A dicotomia civilização x barbárie está sempre presente no processo histórico e a dinâmica do processo é devida a atuação do homem.

Uma das características da civilização é que ela é centro ordenador, legislador ou condutor, que sabe do princípio e essência de todas as coisas e, portanto, sabe de sua condição de mando. A civilização impõe-se à barbárie. É ela paradigma e objetivo da barbárie.

Aristóteles dizia que havia homens nascidos para mandar e outros para obedecer. Uns possuem vontade própria e outros dependem da vontade de outros.

Essa idéia dos gregos a respeito dos bárbaros, como entes limitados, racional e volitivamente, seria estendida pelos ibéricos, especialmente pelos espanhóis, na

conquista e colonização da América, a partir do século XVI. É a concepção aristotélica, absorvida por São Tomás de Aquino e aplicada à ordenação do mundo conquistado pelos ibéricos. Entretanto, a mesma preocupação grega de discriminação entre homens, em função de uma suposta capacidade do uso da razão, permanece.

Para Zéa, um dos problemas que ocorre com os povos marginalizados e supostamente bárbaros e que vem estabelecendo o problema de sua identidade é querer saber o que são no mundo; a identidade como forma de identificar-se em um contexto no qual se é visto como estranho; contexto de que quisera apropriar-se; a busca da identidade como forma de suplantando o anonimato, do qual resulta responsável a civilização que, com tanta resistência, insistia em distinguir-se da barbárie. As identidades nacionais moldam os padrões de coesão, de desintegração e de conflito no mundo.

Nos povos das nações periféricas, a identidade se estabelece como o problema central de sua existência. Da mesma forma que, no início da filosofia européia-ocidental, na remota Grécia se definiu o problema do ser como

garantia da existência do homem, na América Latina do século XIX, e na Ásia e África no século XX, estabeleceram-se problemas de identidade, interrogativos sobre se existe ou não uma filosofia, uma ciência, uma literatura e uma cultura entre esses povos. São problemas semelhantes aos que os gregos estabeleceram sobre a existência do ser. Uma mesma definição para salvar homens e povos da não nulidade do ser e do existir, problema de identidade que se estabelece e é traçado a homens e povos conscientes de sua marginalização.

É necessário conciliar a rica herança cultural do passado com os valores da sociedade contemporânea, para evitar uma crise de identidade. É fundamental ter consciência de que as tradições devem encarnar-se nas novas criações firmemente dirigidas ao futuro. Fundamental também é preservar a identidade nacional, como ponto de partida da necessária assimilação da civilização imposta, para não ser um puro instrumento desta mesma afirmação da própria identidade, como ponto de partida da necessária assimilação da civilização imposta para não ser um puro instrumento desta.

Não se trata de escolher entre cultura e progresso tecnológico, já que são necessários tanto a integridade cultural, para ser una, como o poder tecnológico, para viver com o resto do mundo e deixar marcas próprias na História.

É fundamental preservar as culturas nacionais de sua instrumentalização por outros homens e povos, a que está submetido o jugo político e econômico do colonialismo, juntamente com sua dominação ideológica, estranha aos povos das nações periféricas. O colonialismo, o imperialismo, o neocolonialismo e o racismo constituem uma ameaça constante às culturas nacionais, que as tencionam esvaziar de sua profunda significação humanística e democrática e substituí-la por um pragmatismo danoso, pelo empobrecimento espiritual da cultura de massa, conducente à desvalorização da pessoa.

A afirmação da identidade nacional, que é a base da independência e da soberania das nações, também é instrumento de unidade nacional e garantia de segurança e respeito nas relações com outras nações.

A esse respeito Hegel afirma que:

*A reflexão é reflexão determinada; com isso, a*

*essência é essência determinada, ou seja essencialidade.*

***O colonialismo, o imperialismo, o neocolonialismo e o racismo constituem uma ameaça constante às culturas nacionais, que as tentam esvaziar de sua profunda significação humanística e democrática e substituí-la por um pragmatismo danoso, pelo empobrecimento espiritual da cultura de massa, conducente à desvalorização da pessoa.***

*A reflexão é a aparência da essência em si mesma. A essência, como infinito retorno em si é uma simplicidade não imediata, porém negativa; é um movimento através de diferentes momentos, uma absoluta mediação consigo mesmo.*

*A essência é, em primeiro lugar, simples referência a si mesma, pura identidade. Está é sua determinação, segundo a qual ela é falta de determinação. A essência é identidade consigo mesma. A identidade é o mesmo que essência.*

Para Hegel, identidade não é uma simples auto-igualdade de determinada noção. É a identidade de uma essência que se mantém a mesma, independente das mudanças de aparências.

## **A NACIONALIDADE**

Nacionalidade compreende tudo que diz respeito à

essência, à força e à honra da nação. A nação sugere a idéia de um território e das

pessoas que o ocupam. O exercício da nacionalidade, leva tais pessoas a efetuarem transformações e a fazerem a história de sua nação. Nesse processo, a tomada de consciência da história está na sua própria origem: o homem em sua relação com outros homens. Isso, porque, como dissemos atrás, é o homem quem faz a História.

A noção de nacionalidade que naturalmente vem à mente nos direciona para o fato de se pertencer a um determinado território. O fato de ter nascido numa certa área geográfica delimitada determina o atributo da nacionalidade. Essa noção certamente não é completa, pois não abrange a nacionalidade quando não existe território, ainda que esse caso não seja comum. Entretanto, podemos afirmar que o território é indispensável para a construção da nacionalidade. Os pou-

cos exemplos históricos que caracterizam a exceção mostram que as nações nesse caso tiveram, como seu Objetivo Nacional Permanente, a aquisição de território.

O território é indispensável para a formação da nacionalidade. A partir do território com suas características geográficas e climáticas é que se forma a cultura. A geografia favorece ou desfavorece a união nacional, mas não a define. De fato, a geografia favorece a cultura que é componente da nacionalidade. A sociedade, como tal, sente-se como uma unidade, como um todo. Desenvolve-se um sentimento de identificação com seus valores, suas tradições e se compartilha a mesma língua.

Arregui afirma que: *o conceito de nacionalidade tende a desdobrar-se no conceito mais compreensivo de nação. A nação, realidade jurídica circunscrita no espaço e no tempo, com uma estrutura política própria, não é um ser fora da experiência histórica. A nação é um fato verificável, pois sem território não existe nação; é um fato institucional, pois sem normas sociais aceitas pelo grupo não há vida social; é um fato histórico, com sua gênese e*

*desenvolvimento, pois expressa a origem e permanência no tempo do grupo institucionalizado, e a continuidade das gerações cujos frutos são mantidos na recordação dos vivos pelo legado dos mortos, representado, em primeiro lugar, pela língua, existência e sangue do espírito e, depois, pela aprovação supra-individual de valores semelhantes, passados e presentes, com os quais a comunidade nacional reconhece a si mesma como unidade de cultura.*

Essa abordagem possibilita identificar a nacionalidade como fruto do processo de interação humana, surgida do território, com criações espirituais próprias, lingüísticas, técnicas, artísticas, passado comum, crenças comuns, tradições, consciência de manter-se como unidade em grupo e vontade de ter um destino comum, em que a cultura é fator fundamental.

A partir da coesão do grupo social, de sua cultura, de sua língua e do seu território, formaram-se as nações e, a partir do século XVIII, marcado pela Revolução Francesa de 1789, surge e consolida-se o Estado Nacional, que veio possibilitar que a nação se estruturasse politicamente,

de modo a originar-se e ter sua integridade preservada. Temos então, que a nacionalidade tem seus fundamentos no Homem, no Território e no Estado, como instituição maior.

A nacionalidade é o resultado de um processo histórico interminável. Não surge subitamente, mas como resultante de um longo processo em que são envolvidas todas as dimensões sociais, políticas, culturais, históricas e ideológicas, pertinentes a cada sociedade nacional.

A Europa convivia com as formas clássicas do Antigo Regime ou seja, os regimes feudais que eram organizados com a articulação entre a aristocracia, a monarquia e a Igreja. Ainda que já existissem alguns Estados Nacionais, como Portugal, Espanha e Inglaterra, o conceito de nacionalidade não era explícito nesses processos de unificação.

Uma das conseqüências decorrentes da Revolução Francesa foi o conceito de unidade indivisível da nação. Isso fez com que uma nova forma de organização política se desenvolvesse. Os indivíduos deixaram de se sentir como vassalos do senhor todo poderoso para serem cidadãos pertencentes à uma mesma nação, com direitos e

deveres iguais perante o Estado.

Assim, o Estado surge como a forma de organização que representa e ordena a nação única e indivisível. Nesse momento, a nacionalidade torna-se explícita. A partir de sua explicitação, a idéia de nacionalidade integra-se à componente política. Integrada à componente política, a nacionalidade é melhor conceituada como o complexo dos caracteres que distinguem uma nação, como a mesma história e tradições comuns, que permitem que todos os membros de uma nação neles se reconheçam constituindo sua identidade.

## FUNDAMENTOS DA NACIONALIDADE

Alceu Amoroso Lima nos diz que nacionalidade é sempre o conjunto de três elementos; o Homem, a Terra e as Instituições. A ausência de qualquer deles implica a inexistência de uma nacionalidade. São ao mesmo tempo coexistentes e complementares. O grau de sua harmonia e interação define a qualidade e o grau da cultura e da civilização.

O primeiro deles, o Homem, elemento constitutivo de toda civilização, é a razão de todas as coisas. É o elemento

central da nacionalidade. Tudo existe em razão do homem. É ele que em sua evolução, sai da barbárie em direção à civilização. A primeira condição de uma civilização é a adequação da terra ao homem. Por ser o ordenador de seu contraditório com a natureza, o homem intervém de modo a transformá-la e dominá-la, para seu benefício, sua sobrevivência.

Uma civilização pode ser avaliada pelo valor direto da ação do homem sobre a terra. Uma civilização é o domínio do homem sobre a natureza, sinal de sua superioridade.

O segundo elemento, a Terra, é entendido como a base geográfica do Estado, sobre a qual ele exerce sua soberania, e que abrange o solo, rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías e portos. Uma base geográfica delimitada é condição para a constituição de uma nacionalidade. É elemento essencial de sua história e de sua cultura. É a raiz e o vínculo do homem. É seu referencial maior. A base física de uma nacionalidade é elemento essencial de sua constituição. Não é apenas

fundamental mas essencial, por haver a necessidade de delimitação da área ocupada pela nação e sob a jurisdição do Estado. É o território o limitador da abrangência das ações das Instituições.

O terceiro elemento, as Instituições, representam a organização do homem em seu território. Constituem o complexo integrado por idéias, normas, padrões de comportamentos e relacionamento entre os indivíduos, organizados em torno de um interesse legítimo e reconhecido. Em suas atividades ao longo de sua vida, o homem constitui as instituições fundamentais de toda a sociedade: Família, Comunidade, Estado, Escola, Igreja e outras mais.

Dentre os fatores fundamentais de uma nação existem alguns que são vitais e que, por tal razão, devem ser preservados sob pena da dissolução nacional, são eles: unidade nacional, língua e cultura.

### UNIDADE NACIONAL

A unidade nacional é fruto de um longo e lento processo histórico no contexto de uma estrutura cultural, onde são amalgamados valores, sentimentos, idéias, emoções e vontades viven-

ciadas por um povo e que fundamentam a nação. Por essa razão, não devemos confundir nação com uma soma de indivíduos que vivem e convivem num determinado território. Como consequência desse processo solidificado no tempo e no espaço de uma cultura, surge e se firma a Pátria, união que tem seus pilares na união do homem com a terra. Essa união<sup>3</sup> é continuamente enriquecida pela fidelidade aos valores que são formados e pela solidariedade entre os nacionais.

O Brasil foi o cadinho em que se juntaram as forças da mestiçagem na construção de uma nova sociedade, as quais interagiram num processo de sincretismo jamais visto em outra parte do mundo. Fundiram-se cultos feitichistas-animistas com o monoteísmo católico, de forma concedente e solidária, determinando uma permanente expectativa de tolerância religiosa. Firmaram-se a alternativa de poder político que vem debilitar a permanência de posições radicais, derivando para a acomodação e a conciliação, sem que, isoladamente, nenhuma ideologia predominasse. A proximidade, ou mesmo a promiscuidade étnica passada foi fator predo-

3. Sá e Benevides, 1997

minante na difusão das relações raciais, contribuindo para a ausência de enquistamentos racistas.

A mestiçagem da população brasileira é o elemento aglutinador da formação nacional. A respeito da mestiçagem da população, os adeptos do discurso da globalização a consideram como fator de inferioridade, demonstrando clara conotação racista. As qualidades de versatilidade, de adaptabilidade e criatividade implícitas na mestiçagem e que predispõe a movimentos de mudanças são consideradas como sinais de inferioridade.

***A mestiçagem da população brasileira é o elemento aglutinador da formação nacional. A respeito da mestiçagem da população, os adeptos do discurso da globalização a consideram como fator de inferioridade, demonstrando clara conotação racista.***

A História do Brasil é rica em fatos que contribuíram para a formação e o fortalecimento da unidade nacional. Um dos mais significativos ocorreu à época da Independência. José Bonifácio conseguiu juntar as peças políticas da Independência, no sentido de estabelecer as bases da unidade nacional e efetivar a soberania. Junto com a Independência, vieram as

pressões inglesas no sentido de tornar o Brasil um mercado importador, o que favorecia significativamente industriais e comerciantes ingleses em detrimento dos brasileiros. José Bonifácio viu que, dadas as estruturas básicas da economia brasileira, a unidade nacional ficaria comprometida e repeliu a proposta inglesa manifestando a vontade soberana da nação brasileira. Também os Estados Unidos fizeram exigências para o reconhecimento da Independência, a que José Bonifácio respondeu: *o Brasil propõe o reconhecimento, não o pede, e ela será mantida*

*mesmo contra a posição a ela assumida por outros governos. Isso porque a Independência é um ato soberano do Brasil.* As ações de José Bonifácio foram decisivas para fortalecer a nacionalidade.

José Honório Rodrigues afirma que, no processo de formação do Brasil, a defesa e a manutenção da unidade nacional foram mais

vitais e mais importantes do que a ocupação efetiva do território. Ao término do período colonial, o Brasil era apenas uma unidade geográfica. O maior desafio enfrentado pela Independência foi o de criar uma consciência nacional e formar a unidade nacional. A idéia de unidade, que vive nos brasileiros e de todos depende, é produto da história brasileira e da crença no futuro.

## LÍNGUA

A língua pode ser considerada como símbolo da nacionalidade. Paul Henry nos diz que Henrique IV, em 1601, afirmou que: *eu quero que a língua espanhola pertença à Espanha, a alemã à Alemanha, mas a francesa deve ser minha.* Essa não é uma declaração circunstancial, mas mostra a importância crescente que a língua tomou depois do século XIX, em função das rivalidades entre as nações. A língua é uma instituição fundamental para a nação. É muito mais que um conjunto de palavras. É um mecanismo mental particular. Falar a mesma língua é de modo geral pensar do mesmo modo, entender os mesmos sentimentos, a mesma vontade. Fichte, nos diz que a língua

une a vida e o espírito de um povo. É um mecanismo mental privativo da nação. É ela o principal fator de unidade nacional.

A unidade da língua é fundamental para a unidade da nação. É instrumento básico de preservação da unidade nacional. É uma das bases da nacionalidade.

A unidade da língua é uma condição de cultura, no sentido de que ela permite que pessoas do mesmo grupo lingüístico possam se entender e comunicar os mesmos valores materiais e espirituais. A unidade da língua favorece a unidade e o poder de uma cultura.

## CULTURA

Cultura e civilização são, entre si, uma relação dialética. Para se libertar do estado primitivo, o homem transforma o universo em um mundo de civilização e de cultura.

O homem é culto quando ele faz pessoalmente um esforço de humanização civilizado, quando participa de um nível coletivo de humanização.

A expressão civilização, não implica apenas valores materiais, mas evoca dimen-

sões comunitárias, onde a noção de solidariedade faz-se presente.

Querendo realizar suas próprias virtualidades e humanizar o mundo exterior, o homem tende a aumentar os limites de seu espírito (cultura) e a projetar, em torno de si, efeitos de sua ação sobre a sociedade e o mundo (civilização). Suas novas aquisições se transmitem de geração em geração, constituem entidades que se desenvolvem através da História (civilização).<sup>4</sup>

Essa tensão espiritual é facilitada por tudo o que constitui ambiência material; por assim dizer, o corpo da civilização: meio geográfico, mistura de raças, unidade de língua, nível técnico e organização política e social. Mas a civilização espiritual, a desafeição de valores importantes e a pretensão unilateral de alguns determinam rápida desordem, fadiga, artrose e morte.

As concepções de vida manifestam uma resposta do homem ao problema de seu lugar na realidade total. As civilizações importantes estão desaparecidas totalmente. Elas foram mortas, quase sempre, mais por causa da demissão de seus defensores, que pelo golpe dos adversários. De toda

maneira, a resistência espiritual e material das civilizações não é ilimitada.

A cultura brasileira tem como base a aculturação dos três arquétipos fundadores: o português, o índio e o negro. Sem dúvida, é uma variante da cultura lusíada. Por tal razão a cultura brasileira é difusionista, cosmopolita e profundamente absorvente. Esse poder de absorção é marcante em nossa cultura. Sendo permeada dos valores da cultura ibérica, adquiriu a característica de absorver influências exteriores, criando um sentido próprio de conciliação nacional. Nesse sentido, a cultura brasileira eliminou os antagonismos raciais e não assimilou aquilo que a cultura européia possui de pior, a radicalização ideológica.

## A INTERFERÊNCIA CULTURAL

Podemos considerar a interferência cultural um instrumento de estratégia. Considerando a estratégia uma arte, a interferência é uma arma, uma arma silenciosa eficiente. Sendo as relações entre as nações predominantemente conflituosas e a pauta das discussões definidas pela geopolítica e pelos interesses nacionais, a interfe-

4. Laloup, 1955

rência cultural é uma arma que transcende os tempos de guerra. O que predomina de fato são os interesses das nações.

***Sendo as relações entre as nações predominantemente conflituosas e a pauta das discussões definidas pela geopolítica e pelos interesses nacionais, a interferência cultural é uma arma que transcende os tempos de guerra.***

A interferência cultural tem sua ação predominantemente direcionada para a extrapolação anímica da alma de um povo sobre outro, fundada no conteúdo de territorialidade das culturas.

A tônica de territorialidade da cultura mostra a fundamental importância da nacionalidade que a ela é agregada.

As culturas são dinâmicas, pois evoluem no tempo, e comportam os valores de um povo. Com o surgimento dos meios de comunicação e das facilidades por eles colocadas à disposição, as culturas passam a defrontarem-se umas com as outras com a projeção das culturas mais fortes sobre as mais frágeis as quais tendem a absorver a cultura predominante com menos resistência.

Naturalmente que a absorção cultural não é indiscriminada. Sendo a cultura um complexo de valores

inter-relacionados que lhe dá uma personalidade própria, um traço cultural qualquer só encontra seu real sentido se integrar-se na cultura re-

ceptora. Porém essa integração pode tornar-se possível através da interferência cultural, direcionada e com objetivos bem definidos.

A defrontação e, em muitos casos, a confrontação cultural exigem ações decisivas que visem à proteção da cultura nacional. Este final de século, caracterizado pela velocidade, favorece a tendência de desterritorialização das culturas mais frágeis. A ausência de sustentação das bases de uma cultura é como uma sentença de morte. A cultura desaparece sem deixar vestígios. As sociedades perdem seus valores, a noção de solidariedade, desterritorializam-se e, no limite, o território tende a desmembrar-se.

A projeção ou a imposição de uma cultura, como um todo, sobre outra só é viável quando não existem mecanismos de defesa que possibilitem manter a sua inte-

gridade. Por tal razão é que as sociedades primitivas são as mais vulneráveis.

A absorção de traços culturais, não vinculados com aqueles que lhes dão o verdadeiro conteúdo, por parte de cultura mais frágil, acarreta sérias conseqüências. Uma das principais é a absorção com que lhes dão o verdadeiro vínculo com os que lhes dão o verdadeiro sentido. A ausência de valores tradicionais sobre os quais repousa a cultura provoca um rompimento que compromete sua estrutura e, conseqüentemente, sua soberania é ameaçada. Ao terem rompidos os tradicionais vínculos culturais, as sociedades ficam sem referencial fixo, inermes, vazias, sem valores se tomam consumidoras passivas da indústria cultural.

Receptiva à absorção de valores desintegrantes, não pertencentes à sua cultura, sem defesa à penetração cultural, a sociedade tende a pensar e comportar-se tal como a cultura predominante a conduz. A ambiência psicológica criada elimina as bases da liderança e leva a busca de soluções baseadas em valores importados, muitas vezes conflitantes com os fundamentos da cultura nacional.

As sensíveis mudanças institucionais do Brasil contemporâneo, por outro lado, mostram que a vinda de grupos humanos originalmente distintos à nossa cultura, como diz Alceu de Amoroso Lima, evidencia *uma unidade pluralística*. Esse pluralismo, cristãmente marcado por tolerância, por fraternidade e, mesmo, por incremento de solidariedade, é a chave da vitória na repulsa a penetração cultural. Entretanto, face à impressionante força atrativa exercida pelas culturas dos países mais industrializados, faz-se necessário implementar mecanismos de defesa da cultura nacional brasileira sob pena de ter suas estruturas rompidas.

O chamado mundo ocidental, na verdade o mundo anglo-saxão, com a expansão de sua tecnologia, é responsável pelo processo de ocidentalização cultural do mundo. É visível a uniformização de muitos aspectos da vida. São também visíveis as resistências à essa uniformização que descaracteriza a cultura e rompe as estruturas da nacionalidade dos países sem ou com fraco Poder Nacional.

Os contatos culturais, no mundo de hoje, são um fenômeno inevitável, que pode trazer benefícios. Entretanto,

paralelamente, ocorre o fenômeno de sua deturpação, a interferência cultural. Tal fenômeno consiste numa projeção cultural exógena, a partir de centros de poder, e é caracterizado por objetivos políticos.

Surge então uma questão de difícil resposta: como identificar e separar os benefícios dos contatos culturais dos elementos planejadamente colocados para atingirem objetivos políticos à custa da desintegração de valores fundamentais da cultura receptora? A interferência cultural faz-se passar despercebida, até que sejam produzidos seus efeitos devastadores, que corrompem, dentre outros, o sentimento nacional.

As nações em desenvolvimento podem tornar-se vulneráveis à interferência cultural. Isso porque, na ânsia de superar o subdesenvolvimento econômico, as elites tendem a procurar soluções exógenas. Tais soluções, quando utilizadas, impõem a renúncia a valores culturais tradicionais. A partir daí, tais nações tornam-se presas fáceis e começam a perder suas características, valores e tradições.

O processo de globalização, com as facilidades

proporcionadas pelos meios de difusão, faz com que a questão tenha penetração e abrangência mundial.

A preservação da cultura nacional significa autodeeterminação com relação ao futuro da nação, seu desenvolvimento, sua segurança, a base da nacionalidade e a garantia da manutenção da soberania nacional.

A partir desse ponto, duas questões podem ser levantadas: os meios técnicos são poderosos a ponto de construir uma cultura universal? É possível a existência de uma cultura universal?

Os meios de difusão, de transporte e a massificação do ensino permitem grande integração entre culturas, o que inclui a absorção de alguns hábitos e valores. Algo parecido como uma certa troca cultural, se assim podemos dizer.

Os meios técnicos e a rapidez das comunicações por todo o mundo, poderão fazer com que as diversas culturas nacionais que compõem ou dão identidade aos indivíduos das diversas nacionalidades sejam transformadas numa única cultura universal? Interferir com a cultura é interferir com o homem, com o seu modo de ser, com seu modo de vida e também

com sua religião. O homem é sua cultura.

A cultura está no próprio homem; portanto, é imanente ao homem. O indivíduo é o portador das instituições e o meio através do qual elas se perpetuam.

O que ocorre com os povos primitivos quando são levados a praticar ou a pedir emprestado uma cultura imposta por povos civilizados, os povos das nações centrais, se processa de idêntica maneira com os povos civilizados, quando eles pedem a outros povos, também civilizados e que eles tomam por paradigma, um traço de sua cultura política, ou todo um regime constitucional. Nesse caso, ocorre o transplante cultural.

## NA ENCRUZILHADA DA GLOBALIZAÇÃO

Ao fim da Guerra Fria, o eixo do conflito Leste-Oeste deslocou-se para o eixo Norte-Sul, dando início a um novo tipo de conflito. Nesse novo conflito está intrínseco o funcionamento dos países de grande extensão territorial, sendo o Brasil o objetivo maior.

Essa nova política foi determinante para uma nova estratégia. Uma estratégia

que dá nova dimensão à geopolítica do espaço vital por três vias de interferência cultural, como afirma Sá e Benevides: *o abastardamento da língua e da linguagem, para usá-las como força dinâmica de rompimento da unidade nacional; a deterioração da estética na cultura popular, para desintegração de valores de identificação nacional; e a conspiração ética (ethos) dissociadora dos já frágeis elos de ligação entre elites dirigentes e massas populares.*

A língua e a linguagem são elementos fundamentais de amálgama no processo da evolução social humana. Constituem os liames psicossociais por onde passam os fluxos das representações mentais dos valores de uma cultura, permitindo certa uniformidade na expressão de sentimentos e emoções identificadoras da nacionalidade. A língua é o sistema simbólico dessa identificação.

A interferência cultural trabalha em função do abastardamento da língua e da linguagem, de modo a que tal abastardamento vai sendo transferido pouco a pouco para o relaxamento comportamental, com rompimento das tradições e valores, de modo a

induzir a predisposição, ao abandono da simbologia implícita nos valores nacionais.

Parte do resultado dessa interferência está presente no uso, cada vez mais frequente, de termos e expressões de línguas estrangeiras, com predominância do inglês, nos meios de comunicação social passando a partir daí à linguagem coloquial.

Quando se fala de linguagem percebe-se sua influência no pensamento. A esse respeito vale lembrar o que nos deixou Confúcio:<sup>5</sup> *Se a linguagem não for correta, o que se diz não é o que se pretende dizer, o que deve ser feito deixa de ser feito; se o que deve ser feito deixa de ser feito, a moral e as artes decaem; se a moral e as artes decaem, a justiça se desbarata; se a justiça se desbarata, as pessoas ficam entregues ao desamparo e à confusão.*

Nesse contexto, a deterioração da cultura brasileira é um fato. Basta comparar as manifestações culturais nos dias atuais com as de dez ou vinte anos atrás. É facilmente identificável o resultado da deterioração da cultura, das tradições e dos valores nacionais.

A interferência cultural, em níveis já bastante avan-

5. Sá e Benevides, 1992

çados no Brasil, termina por desestruturar a personalidade do indivíduo, e a sua desidentificação cultural culmina com a indiferença e a perda de auto-estima. Nessas condições, tem-se instalado o processo que leva ao fim da resistência à desintegração da nacionalidade e ao conseqüente rompimento da unidade nacional.

Naquilo que se refere especificamente às Forças Armadas, a interferência cultural tem tido vitórias expressivas. Como é de conhecimento de todos, as Forças Armadas brasileiras sempre tiveram compromisso com o desenvolvimento nacional, com participação efetiva em todo o espectro de atividades da Nação. Como forma de provocar o rompimento com a participação das Forças Armadas na vida nacional, foi feito confundir política nacional com política partidária. Corretamente, as Forças Armadas e seus membros não devem praticar as políticas partidárias. Entretanto, sem acompanhar, discutir e participar da política nacional, não lhes é possível manter sua histórica tradicional participação no desenvolvimento, exercer seu poder moderador e, principalmente, cumprir sua mis-

são constitucional. É notório que têm sido criadas condições que induzem a indispor a sociedade civil contra o estamento militar.

As infinitas vantagens que tem o Brasil, quando se trata da mestiçagem racial, principalmente em termos de tolerância religiosa, de ausência de ódios racistas, da negação de discriminações doutrinárias são, em nosso caso, fundamental para a unidade nacional e o fortalecimento da nacionalidade.

O reconhecimento mútuo das diversas culturas nacionais é uma condição indispensável para o advento de uma nova, adequada e legítima ordem internacional.

A vida do homem é permeada por uma rede de instituições, que são responsáveis por padrões de comportamento que dão significado às suas atitudes, pelo acervo instrumental que acumulou para se realizar. Na vida do homem a grande maioria de seu comportamento lhe é ditada pelo contexto institucional em que está inserido.

Padre Ávila, afirma que *as Instituições que compõem as malhas desta rede sutil mas resistente se caracterizam pelos seguintes elementos: um determinado padrão de comportamento,*

*no sentido mais amplo do termo, dotado de uma certa permanência, de uma certa consistência no grupo, sobre cujos membros dispõe de um certo poder impositivo. As Instituições possuem um poder de sanção. Não se pode impunemente tentar romper a rede.*

As sanções institucionais são resultantes dos mecanismos de controle social, pelos quais, o grupo social protege e preserva a sua identidade.

No atual momento histórico, o discurso predominante, globalizante, modernista, questiona as Instituições. A grande maioria, infelizmente, repete tal discurso sem entender as razões dessa proposta.

Promovem, os adeptos desse discurso, uma reação contra a ordem institucional. Essa reação às Instituições tem, segundo Padre Ávila, o objetivo de bloquear o *impulso civilizatório ao qual chegou a humanidade após um esforço milenar.*

O discurso modernizante, globalizante, procura seduzir, pela oferta de total liberdade, que termina por confundir com libertinagem sem que os indivíduos se apercebam da ilusão a que se propõem e que, no limite, levaria

As ações do Estado têm sido modificadas. Já não mais são dirigidas à nacionalidade. Em lugar de uma política severa e sistemática de educação, voltada aos interesses nacionais, imposta pela ação decisiva de uma autoridade nacional forte, tem-se uma educação que se mostra desligada da nação, quem sabe sem rumo ou dependente de uma imagem exógena. Esse quadro representa o enfraquecimento do Estado. Para uma população dispersa por um gigantesco território, sem nenhuma estruturação orgânica, os adeptos do discurso globalizante reclamam a descentralização política, esquecendo-se de que a grande obra política, que cabe ao Estado realizar, é corrigir as distorções e organizar a Nação.

A proposta oferecida pelo discurso da globalização não é pertinente nem adequada à realidade brasileira, pois tem inspirações para suas ações políticas exclusivamente na lógica dos sistemas universais, de interesse das nações centrais e fundamentados em pressupostos que não possuem qualquer correspondência ou adequação com a nossa realidade, nem com as condições do povo.

6. Oliveira Vianna, 1974

Já é possível vislumbrar que, caso se consolidem as práticas promovidas pela globalização, a Nação entrará irremissivelmente na anarquia e, por via de consequência, corre sério risco de vir a dissolver-se, no limite do processo.

Para nós, brasileiros, a evolução da Nação é traduzida pela democracia nacional, como proposta por

*como a nossa. Foram esses políticos de autoridade – e não os do partido da liberdade chamados “liberais” – os que aqui melhor souberam colocar o problema da liberdade dentro do seu verdadeiro ambiente, no seu clima próprio, na pureza e na transparência da sua atmosfera americana.*

Essa, era a tendência centralizadora dos estadistas

***O processo de globalização através do discurso da modernidade tem feito com que os nacionais careçam da exata e realística compreensão da função do Estado na formação, manutenção e defesa da nacionalidade brasileira.***

Alexander Hamilton. Até a década de 80, os homens que construíram o Brasil, e entre eles, os chamados *juvens tenentes*, colocaram-se, decididamente, ao lado dos pensamentos nacionalistas e desenvolvimentistas de A. Hamilton e de G. F. List. A esse respeito, Oliveira Vianna nos diz que *o Brasil deve tudo aos Feijós, aos Vasconcelos, aos Uruguais, aos Paranás, aos Caxias, espíritos gloriosos de “reacionários”, claras mentalidades de tipo realista e objetivo, que tiveram a compreensão exata e lúcida da missão da autoridade e do Poder Central numa nacionalidade em formação,*

do Império, que buscavam sua inspiração nos interesses fundamentais do Brasil. Interesses esses vitais da própria nacionalidade; *porque eles tinham muito viva e militante a consciência, senão o insumo, da nossa unidade política.*<sup>6</sup>

Oliveira Vianna ainda nos afirma que: *é este instinto ou pressentimento que tem salvado a nossa nacionalidade todas as vezes que ameaçam o separatismo e a fragmentação.*

Ainda que o neguem, o povo brasileiro é nacionalista, patriota e adepto da autoridade central. O aspecto que mais distingue a

centralização e o nacionalismo como opção inerente ao brasileiro é definido pela nacionalização de três setores do serviço público e da administração: o da legislação do trabalho; o da organização sindical; o das instituições de previdência, como afirma Oliveira Vianna. A centralização, porque o controle é federal e um regime de descentralização, não de natureza territorial, mas, sim de natureza funcional, porque é rico em conseqüências. A centralização do poder conjugada com a descentralização de funções é adequada às exigências necessárias à manutenção da unidade política do poder do Estado, cada vez mais ameaçado pelo discurso da globalização.

O regime de descentralização funcional concilia a necessidade de descentralização com o princípio de preservação da unidade nacional e da hegemonia do Poder Central.

Neste final de século, em que os ventos levam aos cinco continentes a modernidade e o discurso da globalização como melhor opção para as nações em desenvolvimento, na verdade as têm condenado

à estagnação, à submissão, à perda da soberania, à perda da dignidade nacional, a serem condenadas a deixar de existir como nação. Como forma de reação e, principalmente, como forma de sobreviver e preservar para ter condição de seguir em direção ao seu destino histórico de uma grande Nação conciliadora, pacífica, porém ativa e soberana, urge que a nacionalidade brasileira seja enaltecida. Nesse aspecto, também por ser bastante atual, é importante que nos lembremos das palavras do grande brasileiro, Oliveira Vianna: *da análise das condições estruturais da nossa psicologia coletiva, bem como da história e formação social do nosso povo, tal como a descrevemos nos nossos livros, especialmente em Populações Meridionais do Brasil e Fundamentos Sociais do Estado, a conclusão que se nos impõe é que o grande problema político do nosso povo, o maior problema proposto à inteligência e também ao caráter dos nossos modernos homens de governo, continua a ser – como há cem anos – a constituição da unidade moral da Nação, de*

*modo a transformar a população brasileira – informe e desmedida no seu tamanho, verdadeira ethne ametra, de Procópio – num Polis, quero dizer, numa Nação. Falta-nos, para tanto, o sentimento da nossa consciência nacional; e carecemos, também, de uma mística correspondente.*

*Nos outros povos, essa transformação da massa-população em massa-Nação foi um produto demorado dos fatores históricos, no nosso – como em todos os povos de formação colonial – há de ser obra do Estado, realizando uma política nacional, racionalmente determinada, conscientemente deliberada. Obra, porém, de um Estado necessariamente forte, preponderante, traçando a todos os grupos locais as normas de sua orientação. De um Estado que resolva o problema da administração local pela descentralização e não pela federação. De um Estado manejado por uma elite desinteressada, de verdadeiros patriotas e sem localismos, dotados do sentimento da nossa comunidade nacional e, por isso mesmo, capazes de*

darem à massa popular, destituída desse sentimento, exemplos de desinteresse, de abnegação e de sacrifício pessoal em prol do bem comum da Nação. Só assim será possível completar e acabar a obra grandiosa dos que, há mais de um século, lançaram os fundamentos políticos da nossa nacionalidade. Só assim poderemos dizer que, herdeiros deles, seremos dignos – como seus continuadores – de partilhar um pouco da sua grandeza e da sua glória.

## BIBLIOGRAFIA

- AMOROSO LIMA, Alceu de. *Aspirações e Interesses Nacionais*. Revista da ESG, Ano I, número 1 Vol. 1 Dez 83.
- ARREGUI, J. J. Hernandez. *O que é ser nacional*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1971.
- ÁVILA, Fernando Bastos de, Padre. *Leitura Seleccionada*. Escola Superior de Guerra. L. S. CS-1-71. Rio de Janeiro. 1971. *Enciclopédia Universal Ilustrada*. Vol. XXXVII. BSPASA - CALPE S.A Espanha
- CUNHA, Ovídio. *Ementa da Cultura Luso-Brasileira*. Rio de Janeiro. 1989.
- FREYRE, Gilberto de Mello. *Elementos básicos nacionalidade - O Homem*. Leitura Seleccionada. Escola Superior de Guerra. L. S. C -73-69. Rio de Janeiro. 1969.
- GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Ed. Civilização Brasileira
- HEGEL, G. W. F. *Ciência de la lógica*. Librería Hachete, Buenos Aires.
- HENRY, Paul. *Le Problème des Nationalités*. Librairie Armand Colin, Paris, 1935.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Ed. Objetiva
- LALOUP, J. et Nélis J. *Culture et Civilization*. Ed. Casterman, Paris 1955. Leitura Seleccionada, CI-33-67; CI-49-67. 1967 *A Penetração Cultural*. Escola Superior de Guerra.
- MARINHO, Otto Júlio. *Elementos básicos da Nacionalidade: A Terra, o Homem e as Instituições*. Leitura Seleccionada. L. S. C27-23-70. Escola Superior de Guerra. 1970. Rio de Janeiro.
- RUBEM, Guíthermo Raul. *O que é nacionalidade?* Ed. Brasiliense
- RODRIGUES, José Honório. *Aspirações Nacionais*. Ed. Fulgor. Elementos básicos da nacionalidade. Leitura Seleccionada. L. S. C1-34-64. Escola Superior de Guerra, 1964. Rio de Janeiro.
- SÁ E BENEVIDES, Fernando Corrêa de. *Brasil. Na armadilha da Modernidade*. Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro - 1997
- VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Ed. José Olímpio. Rio de Janeiro. 1955. *Problemas de Organização e Problemas de Direção*. Ed. Record Cultural Rio de Janeiro. 1974
- ZEA, Leopoldo. *Discurso desde la marginación y la barbarie*. Fondo de Cultura Económica, México.
- ZIZEK, Slavoj. *Identity and its vicissitudes: Hegel's "Logic of Essence" as a theory of Ideology, in The Making of Political Identities*. Edited by Ernesto Laclan. Verso. London. 1994.